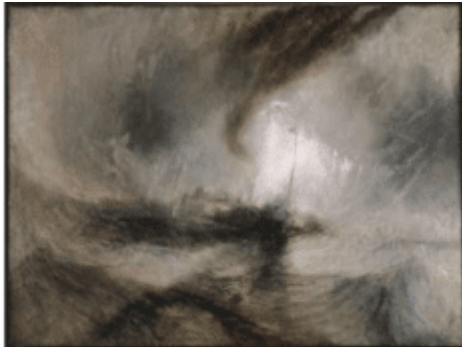


Muito além das relvas verdejantes dos vizinhos



Por **DANIEL AFONSO DA SILVA***

A greve dos docentes das federais enseja decorrer de desconforto muito mais profundo, fundamental e quase existencial

1.

É impossível ignorar as proposições de Maria Cristina Fernandes. Sem favor nem concessão, tem muitos anos que ela representa o que há de mais sofisticado na análise política de conjunturas políticas entre nós. Com abordagens sempre sutis e consequentes, ela comumente ilumina situações que quase ninguém consegue notar nem ver. A sua recomposição dos sentidos da presente greve da categoria docente das universidades federais – publicada na edição da sexta-feira, 26/04, do *Valor Econômico*, em “A grama mais verde do vizinho” – foi mais uma ocasião dela demonstrar tudo isso com desmesurado primor.

O núcleo de seu argumento reconhece a variabilidade de pesos e medidas da presidência Lula da Silva na revisão das defasagens salariais do conjunto das carreiras federais e também percebe que os docentes seguem ausentes do centro de prioridades. De maneira irretocável e feito síntese, ela, assim, lembra que “políticas salariais não são movidas por lealdades, mas por correlação de forças”.

E avança que frente aos docentes das universidades federais existem servidores de setores consoantes concretamente muito mais financeiramente valorados, valorizados e contentes. Desde as suas contas nesse expediente, os integrantes da Política Federal percebem vencimentos líquidos quatro vezes superiores aos docentes das federais; os quadros da Defensoria Pública Federal, três vezes mais; e os servidores da Receita Federal, o dobro ou quase o dobro.

Não vão, assim, nem de longe bem a paridade nem a equivalência de relevâncias – ao menos no plano salarial – nas carreiras federais.

Mas, ainda mais que isso, Maria Cristina Fernandes situa toda essa disparidade num ambiente de crescente desequilíbrio na proporcionalidade entre oferta *versus* demanda na bacia das almas educacionais. Formam-se muito mais doutores para as carreiras docentes que a capacidade dos estabelecimentos de ensino – de todos os matizes públicos, privados ou público-privados – consegue acalantar.

Nesse ponto – como, de resto em todos os demais –, sendo extremamente precisa, a nossa nobre colunista do *Valor Econômico* desenterra os números para evidenciar que existem atualmente aproximadamente 300 mil doutores alocados formalmente nas universidades brasileiras, por volta de 22 mil são formados anualmente, dos quais 10 mil conseguem colocação e os outros 12 mil amargam a constrangedora solidão dos escolarizados forjando isso que os entendidos passaram a denominar “síndrome de *overeducated*”.

Adicionado a tudo isso, ela move o cursor do ponto de partida dessa inquestionável agonia, dissintonia, rancor e amargor para a multidimensionalidade econômica, social e política da crise do *impeachment* de 2016. Em seguida, relembra da implacabilidade da *blitzkrieg* da presidência Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) contra o funcionalismo público federal em geral e contra as carreiras docentes federais particularmente. Ainda adiante, alude à atual proliferação da realidade de greve nas universidades federais como a expressão de um acerto de contas com esses passados decompostos. E, por fim, aloca a abrangência de tudo isso numa frase novamente irreparável e desconcertantemente vivaz que aduz que “no governo Bolsonaro, a grama secou para todo mundo. É no início da rega que os problemas aparecem”.

Sim: não tem jeito. Reconheça-se: Maria Cristina Fernandes, essa – muito mais que jornalista – cientista social, segue genial e sua análise da situação de greve nas federais é simplesmente luminosa, precisa e completa. Nela se examinam os pontos essenciais, os problemas fundamentais e as nuances sinceramente carentes de solução. Bravo, novamente, Maria Cristina Fernandes.

Mas, de toda sorte e com infinitas vênias, vai necessário ir além.

Ou melhor, talvez, aquém.

Mais para dentro. Mais para o fundo. Mais para nós: docentes universitários das federais.

2.

O problema geral da presente greve talvez não seja bem a percepção de dimensões mais verdejantes nas relvas dos vizinhos tampouco a suposta atrofia do peso relativo da categoria no *rapport de forces* político e politiqueiro nacional. Não parece ser, assim, só pelos centavos muito menos pela minudência da relevância dos docentes nos tablados eleitorais.

O desencanto dos docentes das federais enseja decorrer de desconforto muito mais profundo, fundamental e quase existencial. Qualquer servo bom e fiel desse sacerdócio pode testemunhar a inapelável desclassificação social e moral sem precedentes do conjunto individual e representativo da categoria e, com isso, evidenciar uma inclemente entropia da própria natureza, sentido e significação do ser professor universitário – das federais ou não – no Brasil nos últimos anos.

Das muitas manifestações sinceras, inteligentes e sem *parti pris* ao meu singelo artigo [“A greve dos professores das Universidades federais”](#) sobre o assunto, postado no site **A Terra é Redonda**, na segunda-feira, 15/04, uma me intrigou e, confesso, amargurou bastante. Ela veio de um dos maiores especialistas em ensino superior no Brasil – que não vou explicitar por cortesia – que me disse basicamente o seguinte: “concordo com a integralidade de seus argumentos, mas preciso lembrá-lo que o desprestígio das universidades federais e de sua categoria docente vem de mais longe. Seguramente desde 1964-1968.”

Como não parar e voltar a meditar?

Mas não precisa parar muito nem muito meditar para notar que esse nobre especialista dos enigmas universitários e longamente também professor em várias universidades brasileiras e estrangeiras tem integral razão. Tudo é, infelizmente, muito mais grave, profundo, aterrado no tempo e sem solução no curto nem no médio prazo.

Senão, vejamos.

3.

Falou-se muito – e ainda se segue falando –, por estes dias, da efeméride de 1964. Entretanto, pouco ou quase nada se tem diretamente mencionado sobre o impacto de tudo aquilo sobre a educação em geral e sobre o ensino superior em particular.

Sem maiores digressões, talvez seja minimamente procedente, responsável e salutar considerar que perto de duas ou três gerações de professores e aspirantes a professores universitários brasileiros foram mental, moral e fisicamente acudadas, amputadas, cerceadas, desvirtuadas, perseguidas, pervertidas, traumatizadas e violentadas durante a vigência do tacanho regime. Consequentemente, malgrado a extraordinária expansão da malha de universidades federais naqueles anos de desatino, os seus frequentadores e a sua ambiência foram estruturalmente deturpados, malversados e viciados.

Com o início do retorno à normalidade, a partir da anistia “ampla, geral e irrestrita” de fins dos anos de 1970, projetos docentes inconclusos e carreiras universitárias despedaçadas conseguiram reabilitar o seu fluxo. Mas tudo mudara. Especialmente as emoções, as ilusões e as contemplações.

O Brasil era outro. A Universidade já tinha virado um experimento muito diferente. E a ambiência universitária foi, pouco a pouco, se revelando eivada de distorções não raramente indecentes, insuportáveis e insuperáveis.

Se nada disso bastasse, a justa, honesta, necessária e reparadora reincorporação dos antigos docentes cassados e exilados produziu um complexo e permanente *gap* geracional repleto de desentendimentos e amarguras no interior dos quadros funcionais docentes das universidades em geral e notadamente das federais. Nesse processo, uma ou duas gerações de jovens potenciais docentes universitários foi sinceramente preterida da carreira docente em favor do retorno dos injustiçados. Não se sabe se assim se pensou – e a memória do eterno Ministro Eduardo Portella não permite o esvaziamento dessa afirmação –, mas foi isso que se fez.

Mas quando esses francamente outrora injustiçados começaram a se desligar do cotidiano universitário por alguma razão feita morte, desmazelo, desilusão, aposentaria ou idade, na viragem do primeiro para o segundo decênio do século 21, a tenência da ideia de universidade perdeu o seu lastro. Por conseguinte, as novas gerações docentes – não raramente muito mais tecnicamente competentes e preparadas que as anteriores –, por variadas e complexas razões, não interiorizaram os valores nem os fundamentos fiadores da natureza, do sentido e da missão da universidade – especialmente da universidade pública – brasileira.

Quem tem dúvidas sobre isso que retome com paciência, entre outros, o depoimento de Paulo Eduardo Arantes, em sua longa e complexa [entrevista concedida ao site A Terra é Redonda](#), em setembro de 2023. Lá ele discorre – com outras categorias, palavras e sutilezas – amplamente sobre a gravidade desse *gap* geracional e sobre as suas implicações para isso que se convencionou chamar universidade pública brasileira do século XXI. Não há, porquanto, razões para imaginar que tenha sido menos que isso.

De toda sorte, voltando-se ou não ao depoimento do professor Paulo Arantes, é consequente se meditar que, por certo, não foi ao acaso nem sem razão a exteriorização – leia-se: transferência – da natureza do “silêncio dos intelectuais” de 2005-2010 para o “silêncio da universidade” das noites de junho de 2013 ao 8 de janeiro de 2023. Esses silêncios, quem sabe até justificáveis e justificados, causaram danos monstruosamente irreparáveis para o *pathos*, *ethos* e *logos* da universidade brasileira.

Evidentemente que nada disso foi simples nem uniforme. Teve o choque da redemocratização, o choque da expansão universitária e o choque da retração de verba para as universidades notadamente federais – e, sobre tudo isso, vale reiteradamente menção ao formidável artigo [“Lula e o Ensino Superior”](#) dos professores André Moreira Cunha & Alessandro Donadio Miebach, publicado recentemente também em **A Terra é Redonda** que contaram e ainda contam muito. Tudo foi e continua assim sendo extraordinariamente complexo. Mas esses “silêncios” vão precisar em algum momento serem postos em perspectiva para, enfim, receberem melhores elucidações políticas, intelectuais, morais e reparadoras.

4.

Uma outra camada dessa imensa cebola talvez remeta a um episódio majoritariamente paulista e uspiano que, com o tempo, virou nacionalizado e inerente a todas as universidades. Esse episódio ocorreu em fins de 1990 e, portanto, sob a presidência do professor Fernando Henrique Cardoso, quando o cotidiano *Folha de S. Paulo* começou a “identificar”, “avaliar”, “auferir” e “classificar”, mediante critérios próprios, a “qualidade”, a “diversidade” e a “profundidade” do que se produzia dentro da Universidade de São Paulo.

Quem viveu vai se lembrar que a grita docente dentro e fora da USP foi imensa e que a incompreensão do conjunto da sociedade educada paulista e brasileira foi ainda mais ainda.

A torre de marfim parecia naquilo estar sendo reduzida a escombros e a dimensão preciosa, invulgar e insondável de toda a sua estrutura começava a ser vandalizada como jamais se fizera em tempos normais ou de ditadura.

Nesse redemoinho, sem meias palavras, elementos estrangeiros ao seu convício universitário passavam, assim, a macular impunemente a sua honra e a sua dignidade da categoria dos docentes sob o simulacro da transparência da *accountability* da *res publica*.

O efeito tardio e permanente dessa violação seguida de profanação foi a imposição da interiorização de padrões de conduta, atuação e verificação absolutamente uniformizados para uma coletividade extremamente diversa, plural e pluralista que sempre fez e faz a universidade em qualquer lugar mundo e no Brasil em particular.

Sem adentrar nas numerosas implicações disso tudo, talvez valha simplesmente considerar a indecência do produtivismo “acadêmico” como o maior legado dessa infração. Foi depois dela que o “público, logo existo” virou o *leitmotiv* de parcelas abrangentes da vida universitária em geral e da vida docente universitária em particular. E, como consequência dela e disso, sem se notar nem antever, o imperativo público e político da universidade pública brasileira começou a se implodir.

Dito de outra maneira e com atenuantes relevantes, virou decisivo reconhecer que essa selva selvagem do produtivismo e da produtividade apresentou, sim, ganhos extraordinários em algumas áreas. Mas, no geral, promoveu perdas impiedosas em várias outras áreas e uma deturpação integral do sentido, da natureza e da significação geral da universidade.

Note-se que ninguém minimamente educado ousaria questionar a legitimidade, a autoridade tampouco a razão existencial de nenhum docente das humanidades – história, letras, filosofia, artes, música e afins –, por exemplo, no último quartel do século passado. Entretanto, depois da imposição do império uniforme de produtivismo e produtividade por aqui deixou de ser assim. E, agora, ao que tudo indica, começa a ficar difícil de reverter. Duas ou três gerações nascidas ou crescidas neste século acham que é verdadeiramente assim.

Outros exemplos sensíveis conexos poderiam ser mobilizados. Mas esse terreno virou sinceramente minado demais para ser tratado assim tão rápida e tão abertamente. Até porque ele também possui complexas relações mediadas pela aceleração da internacionalização do ser, fazer e ter docente no Brasil que demandaria longuíssimas digressões.

De toda maneira, mediante esses reduzidos e rudimentares aspectos do problema já é possível se perceber que algo horivelmente malcheiroso passou a habitar nesse reino do saber no Brasil no início do presente século e que tudo ficou ainda mais malfazejo diante da inacreditável rendição/capitulação, sem combate nem reação, de variados campos verdejantes da universidade pública brasileira à alucinante, desrespeitosa e contumaz ofensiva olavista, olavobolsonarista, bolsolavista ou simplesmente bolsonarista dos últimos anos.

Não dá pra seguir fingindo que não aconteceu.

a terra é redonda

Um autoproclamado guru desde a Virgínia silenciou a totalidade da categoria docente brasileira e pavimentou a ascensão de um verdadeiro estúpido à presidência da República.

Como reverter esse trauma?

Com infligir (auto)perdão aos “silêncios”?

Como se (auto)redimir da monstrosidade das consequências de toda essa situação?

Como acalantar os inocentes?

Seguramente - com todas as vênias - não é promovendo greves por recomposições salariais.

Um curioso artigo do professor Lorenzo Vitral, da Universidade Federal de Minas Gerais, traduziu limpidamente num tópico frasal a integralidade do mal-estar que tudo isso promove ao reportar que [“Fizemos o L e estamos em greve”](#).

“Fizemos o L e estamos em greve” indica que não há, para o distinto professor mineiro nem para o conjunto dos integrantes da, segundo a distinta colunista pernambucano-brasileira do *Valor Econômico*, “ala mais radicalizada da greve (...) liderada pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes)”, contradição na realização de greve assim, aqui e agora.

Novamente com todas as demandas de indulgência aos mais exaltados e convencidos da relevância da greve, sim: existe sim.

Existe sim e continuará existindo enquanto não se perceber, reconhecer e pautar que não são pelos centavos nem pela percepção de talos mais verdejante nas relvas dos vizinhos e sim pela constatação de que a pouca grama rala e seca que do lado de cá ainda restou está bem perto de desaparecer tornando tudo ao seu redor deserto, tapera e solidão.

***Daniel Afonso da Silva** é professor de história na Universidade Federal da Grande Dourados. Autor de Muito além dos olhos azuis e outros escritos sobre relações internacionais contemporâneas (APGIQ). [<https://amzn.to/3ZjcVdk>]

**A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.
Ajude-nos a manter esta ideia.**

[CONTRIBUA](#)